

Movimentos sociais e a Ong BrOffice.org, um estudo de caso*

Ricardo Augusto Poppi Martinl

Graduando em
Ciência Política/UnB

Tiago de Oliveira Amaral

Graduando em
Ciência Política/UnB

Palavras-chave:
código aberto; teoria dos movimentos sociais; ODF; ONG BrOffice.org.

Key Words:
open source; theory of social movements; ODF; NGO BrOffice.org.

RESUMO: O seguinte artigo tem como objetivo analisar o posicionamento e ação da ONG BrOffice.org na escolha do formato para a padronização de documentos eletrônicos dentro ABNT. Dessa forma, primeiramente, analisaremos a ONG segundo a tipologia de movimentos sociais proposta por Touraine e, a seguir, levantaremos as hipóteses de enquadramento (*framing*) e identidade como explicativas da forma como se dá a organização, recrutamento de apoio da sociedade e a ação coletiva da BrOffice.org.

ABSTRACT: The following article aims to analyse the position and action of the NGO BrOffice.org during the choice of format for the standardization of electronic documents within ABNT. Thus, first, we review the NGO according to the typology of social movements proposed by Touraine, and then we propose the hypothesis of framing and identity as an explanation for the organization, recruiting support from society and collective action by the BrOffice.org.

1. Introdução

A arrancada tecnológica e a crescente digitalização das informações na sociedade contemporânea fizeram com que surgissem novos debates ligados ao desenvolvimento dessas tecnologias e como elas interferem na vida dos cidadãos. Governos, empresas e uma substancial parte dos cidadãos já utilizam diariamente o microcomputador e a internet para produzir e trocar conhecimento com seus pares. Aplicações como correio eletrônico, blogs, sistemas de mensageria ("*chats*") e outras, há muito – e para muitos – já substituíram os meios convencionais baseados em papel, para a realização da comunicação e produção do conhecimento.

Um desses novos debates é ligado ao padrão para armazenamento de documentos eletrônicos. Ao contrário do que possa parecer, um documento eletrônico quando visto na tela, guarda pouca semelhança com um documento em formato papel. Esse último não depende de nenhuma interface entre o leitor e a informação grafada na superfície do papel, enquanto o formato eletrônico possui natureza distinta. Primeiramente, a informação para ser produzida e armazenada, irá requerer uma ferramenta, um programa, que possibilitará que o usuário digite seu texto e grave-o para a posteridade. Esse processo de gravação consiste numa forma de codificação do texto, convertendo-o do formato "humano" para o formato de "máquina" (binário), antes de ser gravado na memória do computador. A informação no formato binário não é legível para os seres humanos, daí a necessidade de um programa, que através de regras e formatos pré-definidos faz a conversão. A importância de debater a maneira como é feita essa conversão é colocar em questão a capacidade do autor do documento de poder acessar as informações que ele próprio criou. Em outras palavras, se essas regras são fechadas e o programa que gerou esses arquivos deixa de suportar o formato (ou se o próprio programa

for descontinuado), as informações estariam automaticamente perdidas.

Uma das bandeiras da ONG BrOffice.org é a luta para a padronização do formato de gravação dos documentos eletrônicos, incluindo textos, planilhas, apresentações e arquivos de base de dados. Embora o principal objetivo da ONG seja o suporte da versão brasileira do programa para escritórios OpenOffice.org – desenvolvido e mantido por uma comunidade de *software* livre – ela despense bastante energia em alertar os governos e a sociedade civil que o formato utilizado por uma das suítes de escritório¹ mais populares – a Microsoft Office – utiliza um processo de gravação de documentos baseado em regras fechadas e que são propriedade da empresa desenvolvedora. Tanto para os governos e empresas quanto para os usuários domésticos, esse debate tem fundamental importância, pois coloca em dúvida o próprio direito do usuário de ter acesso às informações que criou.

Nas próximas páginas falaremos sobre a estrutura, a organização e os processos pelos quais a ONG BrOffice.org desenvolve suas atividades. Apresentaremos diversas hipóteses, primeiramente classificando a ONG numa tipologia de movimento societal específica, traçada pelo sociólogo francês Alain Touraine. Posteriormente, trabalharemos com as hipóteses do enquadramento e da identidade como fundamentais para a organização, o recrutamento de apoio da sociedade e a própria ação coletiva, sublimando um dos principais problemas "olsonianos" que envolvem a ação e provisão de bens dentro de grupos: o dilema do carona ("*free-rider*").

2. O processo do Open Source e o OpenOffice.org

Um computador, assim como qualquer máquina, desempenha suas funções através do processamento de entradas – *inputs* – e emissão de saídas – *outputs* – e os programas de computa-

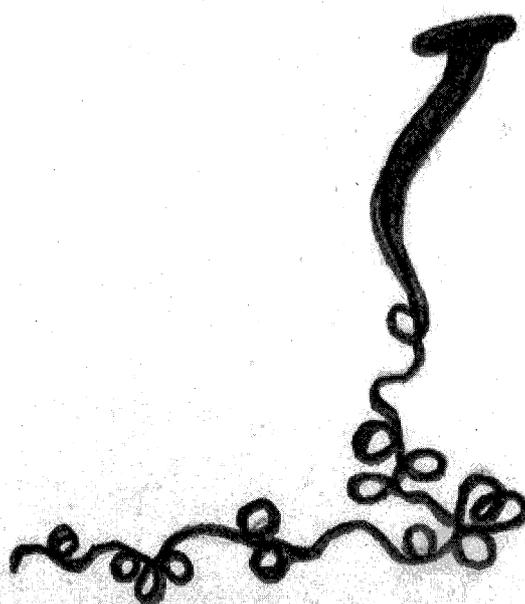
¹ Suite de escritório é um pacote de programas para produtividade geral que normalmente inclui editor de texto, planilha eletrônica, software de apresentações e programa de administração de banco de dados.

dor consistem nas regras que orientam o tratamento desses fluxos. Para serem entendidos pelo computador, os programas são gravados e executados em linguagem binária, ilegível para os seres humanos. Porém, quando esses programas são criados, os programadores o fazem utilizando linguagens mais próximas da humana², as linguagens de programação, gerando códigos cuja extensão podem ultrapassar a casa dos milhões de linhas. O programa, quando está nesse formato (linguagem de programação) é chamado de "código fonte", constituindo a fórmula mágica das empresas de software, tendo sua divulgação controlada e protegida por leis de direitos autorais. Dessa forma, quando o usuário recebe o programa no formato binário, ele poderá utilizá-lo, mas não conseguirá visualizar as linhas de código em linguagem de programação, ou seja, as instruções que estão sendo executadas no seu computador. Esse modelo de produção e comercialização funciona bem, pois as empresas de software proprietário garantem que ninguém irá se beneficiar gratuitamente do investimento na criação do produto, mantendo os incentivos para continuar produzindo e inovando, enquanto os usuários são atendidos naquilo que precisam, ou seja, na pura e simples utilização do programa.

A partir da década de 90, outro paradigma de produção de *software* começou a ganhar popularidade: O processo do "Open Source" (ou Código Aberto). A origem desse processo está ligada às origens da comunidade *hacker*, que data do início dos anos 70, quando foi criado o UNIX, um sistema operacional desenvolvido e aprimorado através da colaboração de programadores profissionais e estudantes universitários, que compartilhavam o código fonte de diversas maneiras, inclusive trocando disquetes por correio (WEBER, 2004). Intrinsecamente ligado à expansão da grande rede – a internet –, esse paradigma supõe que o código fonte do programa é livre e deve estar disponível para o maior número de pessoas, pois assim todos terão acesso para

contribuir no seu desenvolvimento. Dentro desse processo, os programas são construídos através de trabalho voluntário, distribuído geograficamente – a nível internacional – e sob um esquema de propriedade intelectual baseada no direito e na responsabilidade de distribuir e não de excluir (WEBER, 2004). Dentro desse processo, o *software* não precisa necessariamente ser grátis (não comercial), mas tem que ser livre, já que a informação, ou seja, o código fonte, deve ser distribuído junto com o programa. Essa é a principal característica que diferencia o *software* livre do *software* proprietário: o primeiro tem que ser distribuído com o código fonte enquanto o segundo não. O *software* livre será comercial se a sua cópia for vendida, a exemplo do que ocorre com algumas distribuições Linux, como a Red Hat Enterprise Linux, que vende o produto, acompanhado do código fonte, dentro de um pacote de atendimento e suporte diferenciado. Embora existam softwares proprietários não comerciais (*softwares freeware* ou alguns anti-vírus como o *Avast!*) a grande maioria costuma ser:

Em julho de 2000, uma grande empresa do mercado de tecnologia, a Sun Microsystems, anuncia a decisão de tornar público o código fonte de sua suite de escritório StarOffice (oriunda da aquisição da empresa StarDivision no ano anterior) e de criar a comunidade OpenOffice.org, entregando explicitamente ao processo do *Open Source* a continuidade do desenvolvimento desse programa³. Essa medida permitiu o ingresso de milhares de novos colaboradores ao desenvolvimento do OpenOffice.org, possibilitando um crescimento vertiginoso na sua robustez, quantidade de funções, além de traduções para dezenas de idiomas. Em dados de dezembro de 2006, o OpenOffice.org já contava com mais de 200.000 (duzentos mil) colaboradores cadastrados, uma base instalada estimada em mais 40 milhões de usuários, com o código fonte passando das 10 milhões de linhas além de já estar disponível para mais de 53 línguas e com novos projetos de tra-



² As linguagens de máquina, mais próximas do código binário, são conhecidas como linguagens de baixo nível, enquanto as linguagens de programação, utilizadas para escrever os programas e mais próximas da linguagem humana, são conhecidas como linguagens de alto nível.

³ Um ponto interessante a ser pesquisado, porém que foge um pouco do objetivo deste artigo, o enquadramento ou não da Ong BrOffice.org dentro dos conceitos de movimentos sociais, é a relação entre estas corporações que disponibilizam o código fonte de seus programas com os usuários e colaboradores. De que forma se dá essa relação e como os colaboradores, ou mesmo as empresas, são incentivados a investir tempo e dinheiro nos programas.

dução se estruturando a cada dia (SALOMON & SANTOS, 2006). É importante lembrar que dentro desses números – nos quais está contida a BrOffice.org – também estão incluídos uma boa parte dos usuários, que também podem ser considerados membros da comunidade, no sentido que contribuem para a divulgação do programa além de comunicar possíveis falhas aos membros programadores.

3. A ONG BrOffice.org e o ODF

No Brasil, devido a problemas com a marca (outra empresa já havia registrado a marca "Open Office" em 1998), o projeto foi obrigado a adotar outro nome, o BrOffice.org. A despeito disso, se trata exatamente do mesmo programa OpenOffice.org, tendo sido apenas traduzido para o português do Brasil. Com o intuito de organizar as atividades da comunidade OpenOffice.org no Brasil, em 25 de janeiro de 2006 é criada oficialmente a ONG BrOffice.org, constituindo a primeira das comunidades de língua nacional do OpenOffice.org a se organizar juridicamente (SALOMON & SANTOS, 2006). A ONG BrOffice.org é, portanto, uma instituição sem fins lucrativos cujos principais objetivos são fazer desenvolvimento de código – dentro do processo do *Open Source* –, manutenção do projeto OpenOffice.org nacional (BrOffice.org), combate à exclusão digital e mobilização da sociedade civil para defesa de padrões abertos (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007)⁴.

O processo de padronização para documentos eletrônicos já está em processo bem adiantado. Primeiramente, em 1993, surge a OASIS, uma organização internacional sem fins lucrativos criada para promover o desenvolvimento, a convergência e a adoção de padrões para negócios eletrônicos. A importância dessa organização está na necessidade de se garantir, via um órgão independente, o cumprimento dos requisitos mínimos para que um padrão seja considerado aberto, conforme especificado pelo relatório da Comissão Valoris⁵: "[...] que o formato seja completamente descrito em documentos acessíveis publicamente, que a descrição seja distribuída livremente e que o formato do documento possa ser implementado em programas sem restrições, livre de royalties e sem empecilhos legais." (SALOMON & SANTOS, 2006). De acordo com seu objetivo, a OASIS, que hoje conta hoje com mais de 5.000 membros, representando organizações e indivíduos em mais de 100 países (SALOMON, 2006), vem desde 2002 avaliando e incrementando o formato do OpenOffice.org (que já era baseado num outro formato aberto, o XML) gerando desse processo a especificação ODF (*Open Document Format*). Submetido ao órgão internacional de padronização, a ISO (*International Standard Association*) e depois de aproximadamente um ano de análise, finalmente, em 1º de Maio de 2006, o ODF tornou-se um padrão internacional (ISO/26300). Além de adotado pelo OpenOffice.org, o ODF também é utilizado por pelo menos mais outros 30 programas, garantindo a interoperabilidade

dos documentos criados nesses aplicativos (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007). A ligação do OpenOffice.org – e conseqüentemente da BrOffice.org – com o ODF é bem profunda: além de o formato ser oriundo da suíte OpenOffice.org, ele também está ligado aos valores de liberdade de informação, já que o principal apelo para esse tipo de padronização é justamente a maior garantia de acesso ao conteúdo dos documentos, protegendo o usuário da perda dos dados.

4. Metodologia de pesquisa

A pesquisa foi realizada através de seis entrevistas a membros da ONG e da comunidade BrOffice.org, além da participação em dois eventos em Brasília, um ligado ao universo do *Software Livre* (Festival de *Software Livre* – DF) e outro ligado exclusivamente à BrOffice.org (II Encontro Nacional BrOffice.org). Do total de entrevistas, três foram presenciais (gravadas e posteriormente transcritas) e outras três foram realizadas através de programas de mensageria ("chats"), utilizando os sistemas MSN e o IRC⁶. As entrevistas realizadas através de sistema de mensageria têm o inconveniente de demorar um pouco mais, mas trazem a facilidade de não precisar de transcrição. Por outro lado consideramos bastante vantajoso o fato de que os membros das comunidades de *Software Livre* sentem-se mais a vontade nesses sistemas, já que sua participação diária nos projetos, seja nas reuniões, seja nas discussões em geral, é realizada através da utilização dessas ferramentas de comunicação via internet.

Uma característica que pôde ser notada em quase todos os membros que tivemos contato foi a receptividade. Nas entrevistas presenciais, um membro foi apresentando o outro, nos integrando ao grupo e se colocando à disposição para a realização das entrevistas, embora estivessem visivelmente ocupados com o desenvolvimento do evento e de suas respectivas palestras. Na primeira entrevista realizada por sistema de mensageria, o tempo se prolongou muito mais que o programado, e o entrevistado pareceu não se importar, dizendo que iria sair para almoçar só mais tarde e que poderíamos continuar a entrevista sem problemas.

O material coletado nas entrevistas servirá para sugerirmos algumas hipóteses baseadas nos estudos e na literatura de movimentos sociais, além de algum material adicional. O desenvolvimento das hipóteses será sempre acompanhado de um dado correspondente localizado nas entrevistas ou nas informações coletadas nas publicações da própria comunidade. O intuito dessa relação não é oferecer provas conclusivas das hipóteses, mas identificar suas origens.

5. Hipóteses sobre a comunidade e o tipo de movimento

A comunidade OpenOffice.org e a ONG BrOffice.org se coloca na defesa de valores universais. O ideal de liberdade aparece na defesa do direito

⁴ Pedimos desculpas por não nos referirmos individualmente aos entrevistados, explicitando a qual pertence cada fala.

⁵ A Comissão Valoris foi delegada pela União Européia para definir qual o conjunto mínimo de requisitos que um padrão deve ter para ser considerado aberto, publicando seu relatório em 2003. A íntegra do relatório pode ser acessada no endereço: <http://ec.europa.eu/idabc/servlets/Doc?id=17982>. O aspecto citado no artigo de Salomon & Santos está na página 57 do relatório.

⁶ O IRC é um protocolo de comunicação, muito comumente utilizado pela comunidade Hacker. Mais informações podem ser obtidas em http://pt.wikipedia.org/wiki/Internet_Relay_Chat

que o usuário possui de, ao gravar seus documentos em ODF, poder escolher a ferramenta que quiser e ainda ter a garantia de que é realmente dono do conhecimento que gerou, no sentido que terá acesso irrestrito a ele tanto hoje quanto daqui a 10 anos. Existe um consenso entre os membros da comunidade que é fortemente compartilhado com os valores do restante da nossa sociedade: quanto mais liberdade de escolha melhor, pois o usuário não fica restrito ao cronograma de desenvolvimento de apenas uma empresa de *software*. Isso aparece, de alguma forma, em várias entrevistas. "Não me interessa qual o *Software*, e sim que eu possa abrir os documentos que eu recebo. Quantas vezes você não recebeu um email e não conseguiu abrir o anexo?" (Entrevista presencial: Brasília, 05/10/2007). Nesse outro trecho o entrevistado faz uma analogia com o mercado de automóveis:

"A questão de usar um formato, é uma empresa que fabrica um carro movido a querosene, mas o posto que vende o querosene é dela. Você não tem como abastecer em outro posto. Eu particularmente prefiro os carros à gasolina, porque eu tenho vários fornecedores de automóvel e eu tenho mais variado ainda o número de empresas que fornecem o combustível. Eu tenho a livre concorrência, etc." (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

Nesse próximo trecho fica marcada a questão do tempo e o risco da obsolescência dos dados: "e dentro da informática dados não podem ficar obsoletos nem virar sucata deve se prezar por formatos abertos que permitam pesquisa e migração dos dados, sempre" (Entrevista por mensagem: Brasília, 23/11/2007). Mesmo quando o entrevistado não articulou bem as razões pelas quais defende esses ideais, eles foram citados quando perguntado sobre os motivos que levariam um usuário a utilizar o BrOffice.org: "facilidade de uso, por ser *software* livre e liberdade!" (Entrevista por mensagem: Brasília, 16/11/2007).

A definição de uma comunidade de programadores como movimento social pode causar certo estranhamento. O conceito de movimento social nas sociedades pós-industriais, comumente chamadas de sociedades da informação ou da comunicação, foi debatido pelo sociólogo francês Alain Touraine em seu artigo "Na Fronteira dos Movimentos Sociais" (TOURAINÉ, 2006). Touraine questiona se, devido ao fato de nas sociedades pós-industriais os movimentos terem assumido caráter global e deixarem de se opor a "categorias sociais no interior de um conjunto político ou territorial bem determinado" (TOURAINÉ, 2006, p. 18), podem ainda ser chamados de movimentos sociais. Touraine acha que sim. Resumidamente, sua conclusão vem do fato de que esses movimentos ainda tratam de "conquistar ou reconquistar um espaço social" (TOURAINÉ, 2006, p. 24) além do que "seus adversários procuram apoiar seus

interesses e seus objetivos sobre mecanismos sociais e instituições que servem de instrumento à reconstrução do espaço social." (TOURAINÉ, 2006, p. 27). Dessa forma, entendemos que a ONG BrOffice.org está claramente inscrita nesse processo de conquista de um espaço social enquanto defende valores que encontram oposição de algumas empresas de *software* proprietário, principalmente a Microsoft, que aparece em todas as entrevistas.

Ainda dentro da sociologia de Touraine, podemos aprofundar a análise da BrOffice.org baseando-nos em sua tipologia, publicada num trabalho mais antigo (TOURAINÉ, 1997). Touraine considerou que *movimentos* que apelam para o sujeito e para valores universalistas, que assumem um caráter horizontal – como os movimentos de minorias ou religiosos – e que, principalmente, não entram em conflito com um adversário, são antes de tudo movimentos *culturais*. De outra maneira, um movimento cujos atores identificam-se com os direitos do sujeito – no que ele chamou de *vertente utópica* – e se concentra na luta contra um adversário social – na sua *vertente ideológica* – pode ser considerado um *movimento societal* (TOURAINÉ, 1997, p. 120). Acrescentamos também que a diferenciação de um *movimento societal* para uma "reivindicação ou conduta de crise" (TOURAINÉ, 1997, p. 121) é que os primeiros definem claramente seu adversário. Com os dados coletados, sugere-se claramente a hipótese de entender a BrOffice.org como um movimento societal, cuja *vertente utópica* está na defesa da liberdade do usuário de escolher entre diversas ferramentas e de ter a garantia do acesso à suas informações. Na *vertente ideológica*, está a luta contra as empresas de *software* proprietário – principalmente às ações da "[...] Microsoft (e das outras empresas e pessoas interessadas em enriquecer com padrões proprietários de documentos)" (Entrevista por mensagem: Brasília, 07/11/2007) – que, além disso "[...] não quer desenvolvimento de comunidade" (Entrevista por mensagem: Brasília, 16/11/2007) e cujo "[...] dinheiro compra os melhores advogados e as melhores campanhas de marketing anti-ODF do mundo" (Entrevista por mensagem: Brasília, 07/11/2007). Esse reconhecimento comum do adversário pode ter grandes influências na organização, ajudando a tornar mais concreto e visível o espaço social em disputa. Veja como, nesse trecho, aparece a idéia de conflito entre o adversário e a sociedade civil:

"Foi uma briga de foice no escuro. Se você acompanhar através do site GrokLaw⁷ os relatos das reuniões nacionais para definição do voto, você vai ver o que a Microsoft fez. É de cair o queixo. Feio, o negócio foi feito lá fora. Aqui nós conseguimos uma mobilização da sociedade civil muito boa, tanto a BrOffice.org quanto as outras ONGs ligadas a software livre e movimentos sociais mandaram representantes para a ABNT" (Entrevista presencial: Brasília, 05/10/2007).

⁷ GrokLaw é um portal que oferece artigos sobre aspectos jurídicos das comunidades de software livre: <http://www.groklaw.net/index.php>

Finalmente, como último aspecto importante para ser destacado da sociologia de Touraine, está o perigo que os movimentos sociais correm de perder sua vertente ideológica e decair para *antimovimentos sociais*, quando passariam a ser dominados por um poder político que buscaria universalizar identidades particulares (TOURAINÉ, 1997). No caso da BrOffice.org, como todo o código é licenciado em nome da Sun Microsystems⁸, esse perigo estaria ligado à possibilidade dessa empresa tornar fechado o código fonte do programa ao mesmo tempo em que o ODF deixasse de ser um padrão amplamente suportado por outros programas. Essa situação hipotética levaria os usuários a ficarem presos no formato e ter que pagar o novo preço da ferramenta para poder acessar os documentos que já possuem. As objeções à possibilidade de ocorrência desse cenário fundam-se primeiramente do fato de o ODF já ser "um padrão ISO e até o final do ano se tornará uma NBR (ABNT)" (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007), protegendo dessa forma suas especificações e mantendo-as disponíveis para outros desenvolvedores. Quanto ao risco do código vir a ser fechado,

"Não há perigos, pois a licença LGPL⁹ não permite que este software se torne fechado. Ela permite que a Sun [e outras empresas], por exemplo, periodicamente faça um corte no código do OpenOffice, empacote isso com uma série de extensões e modificações que ela faz e venda como um software chamado StarOffice [...] No geral o que acontece: Eles vão colocar isso como vantagem competitiva, fica uns seis meses a um ano fechado, e depois entregam o código para a comunidade. Portanto, na pior das hipóteses nós temos um 'delay' de seis meses há um ano para essas funcionalidades que essas empresas acham fantásticas" (Entrevista presencial: Brasília, 05/10/2007).

6. Hipóteses sobre enquadramento, identidade e ação coletiva

Uma abordagem importante da ação coletiva é realizada em torno da idéia de que organizações trabalham com – e batalham por – diferentes interpretações do mundo social. Apresentando-se como crítica àquela ligada apenas aos recursos materiais, essa abordagem entende que os atores sociais agem no contexto de limites estruturais que estão relacionados com seus recursos culturais. A interpretação dos atores de sua situação, seus preconceitos, suas presunções sobre a vida social e os princípios que a guiam, sobre o que vale a pena e o que não vale, são todos capazes de restringir sua capacidade de agir e o leque de opções disponíveis. Ao mesmo tempo, eles tentam – e muitas vezes conseguem – modificar as estruturas culturais onde estão inseridos (POR-

TA & DIANI, 2006, p. 66-67). Essa capacidade de realizar enquadramentos na interpretação da realidade disponível apareceu de forma marcante no estudo da BrOffice.org. Para a grande maioria dos usuários de computadores não é visível que quando ele utiliza o sistema proprietário da Microsoft Office ele está gravando seus dados num formato binário cujas regras de interpretação não são de sua propriedade. Dessa forma, uma estratégia visível da organização, quando se empenha na defesa do ODF, é conscientizar os usuários do perigo que estão correndo e implicitamente sugerir que façam a migração para um sistema que trabalhe com padrões abertos. Essa hipótese fica bem visível nessa declaração de um dos entrevistados:

"A questão de usar o ODF é uma questão de estratégia tecnológica como conversamos no início, todas as vantagens de se usar o ODF são os motivos de se utilizar o BrOffice. Estão intrinsecamente ligados. Quando se fala em ODF dificilmente você vai falar de outro produto que não seja o BrOffice, quando se fala em BrOffice, dificilmente você não vai falar em ODF. Não existe uma militância separada. Tanto que o BrOffice é um dos primeiros associados Brasileiros do ODF Alliance" (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

A questão da conscientização da sociedade civil – do usuário – apareceu muito nas entrevistas, reforçando a hipótese do enquadramento. A idéia de falta de entendimento dos usuários aparece nesse trecho:

"Na realidade as pessoas não estão preocupadas com o formato que vai ficar o arquivo delas. Ela quer saber que a informação dela está preservada. Se ela aparecer ali na tela, tá ótimo. A resistência é mudar da ferramenta Microsoft Office. [...] Então se eu disser para este usuário que este ambiente vai ser trocado, ele entra em pânico porque ele acha que não vai conseguir fazer nada no novo ambiente. Mexer no status-quo do ser humano é muito complicado" (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

Nessa mesma linha, em outro momento da pesquisa, a popularização do Microsoft Office (um fenômeno tipicamente cultural) – e não qualquer medida direta que a Microsoft possa estar tomando – aparece como o principal obstáculo à adoção do ODF (Entrevista por mensagem: Brasília, 23/11/2007). Ainda, numa outra entrevista, quando explicava sobre o papel da ONG na divulgação do ODF, um membro expõe a idéia de que se as pessoas entendessem o ODF, não teriam como não aderir: "levar ao conhecimento das pessoas o que é o ODF de uma forma compreensível porque, quem entende de fato o que é ODF não

⁸ Essa hipótese deriva do fato de que para contribuir com código ao projeto OpenOffice.org o programador é obrigado a assinar um documento chamado JCA (Joint Copyright Assignment form), que especifica que o direito autoral do seu trabalho é compartilhado com a Sun Microsystems. Mais detalhes: <http://contributing.openoffice.org/programming.html#jca>

⁹ "A partir do momento que o código é publicado sob a licença LGPL não é possível 'escondê-lo'. Uma vez LGPL, para sempre LGPL. A Sun não só não planeia regressar a um modelo de desenvolvimento fechado, como também, todas as alterações produzidas pela Sun terão de ser publicadas também sob a licença LGPL. Assim, a Sun nunca poderá fechar o código. A licença LGPL garante que o código-fonte do OpenOffice.org pertence à comunidade". Fonte: http://pt.openoffice.org/about/faq_ger.htm#4 Mais informações no texto da licença: http://www.openoffice.org/licenses/lgpl_license.html

pode ser contrário (a menos que haja interesses envolvidos)" (Entrevista por mensageria: Brasília, 07/11/2007).

Outra maneira de enquadrar as razões para o uso do BrOffice.org apareceu numa das entrevistas. Quando perguntado porque os usuários deveriam utilizar o BrOffice.org o entrevistado incluiu o combate à pirataria, pois se tratando de um *software* gratuito que pode ser facilmente baixado da internet, as pessoas e empresas não precisariam mais utilizar um programa pirata caso não queiram investir grandes somas nesse tipo de ferramenta:

“Entrevistador: Resumidamente, porque um usuário doméstico deveria utilizar o BrOffice?”

Entrevistado: porque evita o problema da pirataria bem como auxilia a popularizar tecnologias abertas.

Entrevistador: E, na sua opinião, porque uma empresa deveria migrar para o BrOffice?”

Entrevistado: novamente a questão da pirataria, custo mais baixo” (Entrevista por mensageria: Brasília, 23/11/2007).

As diferentes respostas apresentadas pelos entrevistados sugerem que a hipótese do enquadramento faz muito sentido nesse estudo. As razões apresentadas pelos membros, para que uma pessoa passe a ser usuário da comunidade (ou passe a agir de forma mais ativa) sugerem estar buscando coincidir com os diversos enquadramentos já existentes na sociedade. Em outras palavras, alguns usarão o BrOffice.org porque é livre – e grátis (Entrevista presencial: Brasília, 16/10/2007) -, outros por causa do padrão ISO do ODF e outros ainda porque não querem se submeter à pirataria.

A aquisição de novos valores não é suficiente para que haja ação coletiva. A decisão de agir coletivamente depende também da forma de avaliar as oportunidades e obstáculos para a ocorrência da própria ação. Os valores devem estar associados a objetivos e estratégias apropriadas de conduta, ou seja, a motivação para agir está mais ligada aos elementos cognitivos da cultura do que a valores gerais (PORTA & DIANI, 2006, p. 72). A simpatia pelos ideais de liberdade do código fonte não é suficiente para que uma pessoa, de forma voluntária, dedique seu tempo ao desenvolvimento de uma comunidade que produz uma ferramenta que qualquer um pode baixar na internet¹⁰. Um agravante ainda, no caso da BrOffice.org, é que quanto mais o membro se destaca, mais responsabilidades e mais custos ele assume, chegando até a contribuir financeiramente, quando se torna associado da ONG: “Muito pelo contrário, a gente tira do bolso para manter a ONG” (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007). Um membro da ONG falando sobre os ganhos de se associar citou: “só o que ganhamos são responsabilidades (e despesas)” (Entrevista por mensageria: Brasília, 07/11/2007). De outra forma, o

alinhamento dos *frames* (PORTA & DIANI, 2006, p. 72) através da percepção de que é necessário preservar os dados utilizando padrões abertos ou o risco de se tornar um criminoso (caso optasse pela pirataria) pode fazer com que os custos de agir e se associar fiquem relativamente menores que os benefícios.

Uma importante hipótese no estudo da ONG BrOffice.org é a da identidade e seu relacionamento com a ação coletiva. Essa hipótese é complementar a do enquadramento, no sentido de tentar solucionar os problemas “olsonianos” de nossa análise, ou seja, aqueles ligados aos motivos pelos quais as pessoas participariam da BrOffice.org (se podem usufruir dos bens gratuitamente pela rede). Segundo a teoria de Olson¹¹, num grupo grande como esse, somente soluções oriundas das estruturas (“incentivos seletivos”), via benefícios positivos ou punições, fariam com que o bem fosse produzido (OLSON, 1999, p. 63).

O conceito de Identidade deve ser entendido como o processo pelo qual os atores sociais se reconhecem mutuamente – e são reconhecidos por outros atores – como parte de agrupamentos maiores e desenvolvem ligações emocionais por eles (PORTA & DIANI, 2006, p. 91). Ver a identidade como um processo social, supõe também que ela é construída durante a realização da ação coletiva, na interação dos atores, na atribuição de sentidos específicos aos seus atos e aos sistemas de relações sociais que estão inseridos (PORTA & DIANI, 2006, p. 92). Nas entrevistas fica visível o quanto a prática de participação aparece como um fator de reconhecimento. Isso aparece em: “A partir de um determinado momento, você passa a ter um conhecimento do funcionamento global daquela comunidade aí naturalmente vem um convite [para participar da ONG]” (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007) e também em: “entrar na ONG significa que o seu trabalho foi reconhecido, esse é o grande benefício” (Entrevista por mensageria: Brasília, 07/11/2007). Notável também é a questão de como, à medida que as práticas vão se tornando compartilhadas, as motivações para participar aumentam, reforçando a idéia de que a ação coletiva não pode ocorrer se não houver a presença de um “nós”, caracterizado por atos comuns e solidariedade específica (PORTA & DIANI, 2006, p. 94):

“infelizmente o quadro do GUBro¹² era de muitas pessoas sem muita experiência com trabalho em comunidade. As poucas diretrizes que haviam não eram cumpridas, o que deixava as coisas desorganizadas embora as coisas que precisassem ser feitas fossem feitas, o eram de forma desorganizada e isso foi me cansando até o ponto de eu querer desistir. Mas a Natalia [namorada] estava lá para me animar e hoje as coisas estão muito melhores. O GUBro cresceu, todos temos mais experiência, estamos ficando cada vez melhor organizados” (Entrevista por mensageria:

¹⁰ A grosso modo, uma comunidade com 200 mil colaboradores cujo software produzido por ela tem aproximadamente 40 milhões de usuários teria 39,8 milhões de caronas!

¹¹ Como latentes os grandes grupos onde a não atuação de algum membro dificilmente seria percebida pelos outros membros além dos custos não poderem ser arcados na sua totalidade por apenas um membro (OLSON, 1999:62-63)

Brasília, 07/11/2007).

A idéia de identidade também permite perceber, no seu processo de construção, a formação de uma imagem externa, relacionada tanto aos membros quanto à própria comunidade. Essa imagem externa é importante e suas características devem ser observadas pelo grupo, sob o risco de vir a ser considerado pelo restante da sociedade, como apenas um movimento marginal (PORTA & DIANI, 2006, p. 106). Na experiência de um dos membros, a associação à sua imagem da idéia de ser uma pessoa mais colaborativa, contribuiu para que ele conseguisse seu emprego atual: "me viram com um perfil mais colaborativo e de equipe, o que me ajudou a chegar ao meu atual emprego" (Entrevista por mensagem: Brasília, 23/11/2007). Nesse mesmo indivíduo, sua participação é vista pelos familiares como "trabalho", o que consideramos importante por conferir o alto status do trabalho na nossa sociedade ao ato de participar da comunidade. Ainda na questão da percepção externa, um dos usuários do programa, fazendo algumas críticas à organização da comunidade, passou a idéia de uma comunidade que estaria deslocada dos usuários leigos:

"falta um trabalho de fazer cursos, e até ensinar essas pessoas [os leigos] para que elas divulguem o trabalho deles [dos membros da comunidade]. essas pessoas tiveram que se adaptar a suíte de escritório e não a suíte se adaptar às pessoas. eu acho que deveria ser muito o contrário, ela buscar mais o que o usuário quer, uma suíte mais acessível. eles devem repensar isso, repensar mais no usuário leigo" (Entrevista presencial: Brasília, 16/10/2007).

Finalizando o tratamento da hipótese da identidade, nas duas entrevistas em que foram feitas perguntas sobre a rede de amigos, obtivemos respostas que demonstraram que existe um vínculo de amizade e solidariedade entre os membros, que pode contribuir para a ação coletiva. Isso apareceu em: "Você tem algum amigo participando da comunidade? sim! vários!!!! Você já o conhecia antes de

ingressar? sim, alguns sim, outros não" (Entrevista por mensagem: Brasília, 16/11/2007) e também em: "Você tem algum amigo participando da comunidade? Você já o conhecia antes de ingressar? sim, vários. alguns conheci antes de eles mesmo entrarem para a comunidade" (Entrevista por mensagem: Brasília, 23/11/2007).

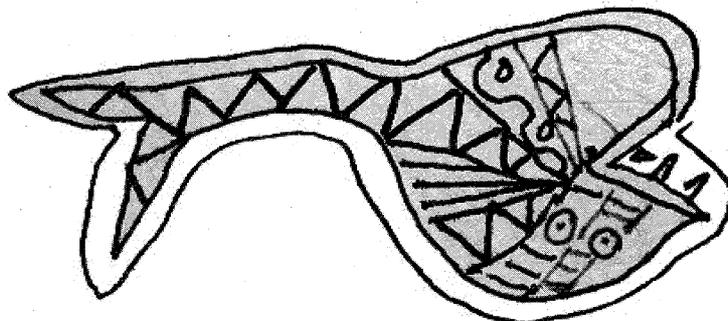
7. Conclusão

Este texto buscou entender a atuação de uma comunidade de *software* livre dentro do contexto das teorias dos movimentos sociais, traçando diversas hipóteses e interpretações oriundas da confrontação dos dados das entrevistas com a organização das diversas categorias teóricas.

Começamos por observar e justificar a denominação de movimento social para a ONG BrOffice, devido à sua ação no espaço social. Logo em seguida, propusemos classificá-la dentro da categoria de *movimento societal* proposta por Alain Touraine, apontando a *vertente utópica* e a *vertente ideológica* do movimento, exercitando inclusive qual seria a forma de um hipotético decaimento para *antimovimento social*. Finalmente, apontamos o problema "olsoniano" do carona e duas possíveis abordagens para sua superação. A primeira, através da hipótese do enquadramento, pela qual a luta pela colocação de diferentes padrões de interpretação do mundo social constitui um fator de mobilização. A segunda, na hipótese da identidade, entendendo que a idéia de pertencimento e a construção de pactos no relacionamento entre os atores constituem fonte importante para a ação coletiva.

Finalmente, essa análise suscita uma idéia que pode reverberar ainda mais profundamente em outros estudos, que é a de que existe um fenômeno econômico, social e político acontecendo no interior das comunidades de *software* livre cujas idiossincrasias constituem campo fértil para estudiosos das ciências da sociedade, sentimento que pode ser resumido pela seguinte citação de um dos entrevistados, quando soube da abordagem do nosso trabalho: "a gente tá precisando de gente assim principalmente pra trazer material legível pros não alienígenas..." (Entrevista presencial: Brasília, 06/10/2007).

Submetido em setembro de 2007
Aprovado em Novembro de 2008



¹² Sigla para "Grupo de Usuários do BrOffice", e representa uma lista de discussões por meio da qual os membros se articulam para dividir tarefas para atingir objetivos como organizar palestras, promover eventos, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- OLSON, Mancur. (1999), *Lógica da ação coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais(a)*. São Paulo, Ed Univ. São Paulo. Pág. 17-34; 45-64.
- PORTA, Donatella Della; DIANI, Mario. (2006), "Collective Action and Identity". *Social Movements: An Introduction*. Oxford, Blackwell. Pág. 89-113.
- _____. (2006), "The Symbolic Dimension of Collective Action". *Social Movements: An Introduction*. Oxford, Blackwell. Pág 64-88.
- SALOMON, Roberto F.; SANTOS, Fabricio P. (2006), *Comunidade, Código e Colaboração - O Projeto OpenOffice.org*. Disponível em: http://trilux.org/img/ERI_00o.pdf. Acesso em 25 Nov 2007.
- SALOMON, Roberto F. "OpenDocument Format" (ISO26300). 2006. Disponível em: http://www.broffice.org/files/1_encontro_broffice.org_odf-salomon.pdf. Acesso em 26 Nov 2007.
- TOURAINE, Alain. (1997), *Podermos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Rio de Janeiro, Vozes. Pág. 112-152.
- _____. (2006), "Na Fronteira dos Movimentos Sociais". *Sociedade e Estado*, 21, 1:17-28.
- WEBER, Steven. (2004), *The Success of Open Source*. Harvard University Press.